

Editorial

Centenário Paulo Freire: currículo, formação de professores e outras histórias

Centenary Paulo Freire: curriculum, teacher training and other stories

Centenario Paulo Freire: currículum, formación docente y otras historias

Alexandre Saul
Universidade Católica de Santos
asaul@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0021-8934>

Jaciara de Sá Carvalho
Universidade Estácio de Sá
jsacarvalho@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-1497-3930>

Inês Barbosa de Oliveira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Universidade Estácio de Sá
inesbo2108@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4101-3919>

A realidade atual está difícil e desafiadora. Há milhões de mortes causadas pela pandemia de Covid-19, ao redor do mundo, muitas delas no Brasil e muitas que poderiam ter sido evitadas, se os governantes tivessem dado ouvidos à ciência, e se comprometido ética e politicamente com a centralidade da vida humana e a justiça social. Ao lado das irreparáveis perdas de vidas, ampliam-se, aprofundam-se e ficam mais evidentes diversas formas de desigualdade.

Em um contexto assim, torna-se ainda mais icônica e necessária a celebração do centenário de Paulo Freire, que dedicou sua vida à luta pela libertação e emancipação pelos oprimidos, afirmando a vocação ontológica de “ser mais” desses sujeitos, a politicidade da educação e a história como possibilidade.

Nascido no Recife, em 1921, Paulo Freire é autor de mais de 20 livros, sendo a Pedagogia do Oprimido a sua obra de maior destaque. O educador é reconhecido internacionalmente como um dos maiores pensadores do Século XX. Exilou-se, por 16 anos, durante o período da ditadura militar no Brasil. Com a abertura política, em 1980 foi convidado pelo então arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, para ser professor da PUC-SP, cargo que ocupou até a sua morte, em 1997. Entre 1989-1991, Freire foi Secretário Municipal da Educação na cidade de São Paulo, na qual colocou em prática políticas para uma educação pública popular e democrática, com qualidade social, para todos e todas.

A vida e o trabalho de Freire seguem sendo uma fonte de inspiração para educadoras e educadores progressistas, no Brasil e fora dele, como atesta a presença de colegas de outros países neste número. Instituições, redes de ensino, comunidades e movimentos sociais buscam inspiração na obra do educador pernambucano para (re)construir suas políticas e práticas educativas com base na radicalidade e vigor dos construtos de Paulo Freire, em sua perspectiva ético-política humanizadora, na coerência de sua conduta pessoal, e, também, naquilo que ele representa em termos da utopia de construção de um mundo mais solidário (SCHUGURENSKY, 2014).

A *práxis* pedagógica de Paulo Freire, como educador e gestor público, instigou e ainda instiga muitas pessoas a ingressar na carreira docente, movidas pelo desejo de tornar a escola um lugar mais alegre, democrático e igualitário. Contudo, a atuação docente em tempos de ultraneoliberalismo vem requerendo especial atenção a uma importante lição que se pode aprender com Freire: a importância de sermos vigilantes e fiéis aos nossos sonhos. Isso porque, o sonho de que ele fala, se expressa e ganha materialidade nos projetos e práticas que realizamos cotidianamente, constituindo-se em um motor fundamental dos processos individuais e coletivos de (re)construção social.

Em atenção a essa e outras lições freireanas, é preciso recusar o otimismo ingênuo de que a escola e educação são alavancas para transformar a realidade, assim como o pessimismo mecanicista de que só se pode alterar a sociedade depois de mudanças infraestruturais. Isso significa nem superestimar e nem subestimar a educação, assumindo-a como um direito humano fundamental para o exercício da cidadania e superação de desigualdades, bem como arma de luta contra a opressão e as injustiças sociais.

Daí, também, que não se possa prescindir da esperança, uma esperança ativa, do verbo esperar, como costumava dizer Paulo Freire, nem de suas filhas mais diletas, que, de acordo com Santo Agostinho, são a indignação e a coragem. A indignação impele as pessoas a não aceitarem passivamente a ordem injusta instituída, e a coragem as impulsiona a agir para transformá-la.

Como sugerem os textos reunidos neste número temático da Revista Educação e Cultura Contemporânea (REEDUC), mais do que uma referência teórico-metodológica ou um eminente educador, Freire é presença viva nas trincheiras da educação e um interlocutor de todas para os que visam a mudança da cara da escola e a implantação da justiça social.

Passado, presente e futuros possíveis se inter-relacionam nesta rede de dezessete artigos que dialogam com a obra de Freire, sendo quatro deles, portanto, com autores internacionais (EUA, França e Portugal). No Brasil, estão distribuídos por vários estados e seguiram a perspectiva do educador de articular o local com o planetário, micros e macros contextos e políticas, denunciam, mas buscam promover anúncios, esperar.

Experiências como a Escola Cidadã, por exemplo, são reconhecidas como um “antídoto ao modelo autoritário de governança escolar e de abordagens tradicionais de educação para a cidadania” por pesquisadores como Tara Bartlett e Daniel Schugurensky. Resultados desse movimento, que teria sido iniciado pela gestão de Freire quando secretário de educação em São Paulo, poderiam ser identificados por meio da resistência de escolas, professores e coletivos diante da avalanche de destruição de direitos e da escalada autoritária atual no Brasil. Para além daquilo em que acreditamos, os dois autores da Arizona State University nos contam que o Orçamento Participativo, que compunha o projeto de Freire de Escola Cidadã, “agora foi adotado em outras cidades e outros estados dos Estados Unidos da América – EUA (por exemplo, Chicago, Nova Iorque) e em muitos outros países ao redor do mundo, da Argentina e do México à Colômbia, Espanha, Rússia, França, Itália, Zâmbia, Coreia do Sul e Portugal, entre outros”.

É incontestável que há mais de sessenta anos, Freire vem contribuindo com o desenvolvimento de processos que promovam a participação ativa, assim como epistemologias que enfrentam a “reprodução curricular patriarcal, colonizadora e eurocêntrica”. Nessa direção, César Augusto Rossatto (The University of Texas El Paso), Charlene Bezerra (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso), Antonio Muller (Universidade de Blumenau) e João Luiz Porto (Universidade Federal do

Espírito Santo) discutem “relações entre as totalidades hegemônicas da branquitude e patriarcalismo” que vêm sendo repetidas pela educação, a partir de um (re)leitura freireana. O estudo aponta “para a importância de dialogar com as questões de interseccionalidades hegemônicas e o desenvolvimento de uma pedagogia do opressor”.

De certo, há muito para avançarmos diante de lógicas que buscam nos *coisificar*, como diria Freire. Irène Pereira, da Université Paris Est Creteil e do Instituto Paulo Freire - bell hooks, parte de obras dele e dela, professora, feminista e ativista social conhecida pelo pseudônimo, para identificar como os dois “lutaram contra os processos de reificação da existência”, oferecendo, antes, “uma análise da noção de reificação e de diferentes processos de reificação” em um estudo que começa pelos “vínculos entre a obra de Paulo Freire e a filosofia existencialista”.

Também Luiza Cortesão, da Universidade do Porto e Instituto Paulo Freire, ambos em Portugal, recupera uma fase da vida de Freire na África em contato com movimentos sociais progressistas – atualmente, tão criminalizados. Ao refletir sobre o educador e suas andanças com movimentos de “Investigação Participativa e de Investigação-Ação-Participativa, com os Movimentos de Libertação das então colônias portuguesas, e com ativistas que lutavam contra problemas existentes na África do Sul, submetida nessa altura ao regime do Apartheid”, talvez Cortesão nos ajude a compreender os caminhos tomados por Freire e nos inspire a tomar outros na mesma direção. Afinal, cinquenta anos se passaram e ainda a opressão racial, de gênero, religiosa e política, entre tantas outras, buscam impedir nossa vocação ontológica de “ser mais”, ainda que, felizmente, a opressão seja cada vez mais visível, problematizada e enfrentada.

Diante de negações de um passado autoritário, que alguns desejam impor novamente, recuperar a história tem ainda mais valor. É o que fazem Jane Paiva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e Osmar Fávero (Universidade Federal Fluminense), que foi contemporâneo de Freire em “andanças e produções” e rememora sua influência nas “inovações de educação popular vividas naqueles inesquecíveis anos de 1958 a 1964 e que marcam a educação até os tempos atuais”. Eram tempos em que Freire forjava uma concepção de educação como direito, a partir da prática com classes subalternas, de modo a tencionar a opressão e a domesticação vivida pelos sujeitos. O direito à educação e o centenário de Freire se entrelaçam no artigo de Francisca Pini, Michele Rodrigues e Geovana Loureiro, da Universidade Federal de São Paulo e da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (apenas, Rodrigues) neste número temático.

Na edição, parte dos autores recupera experiências e cartas produzidas por Freire para denunciar o presente e projetar possibilidades. Alexandre Saul e Fernanda Voltas retomam o Programa de Formação Permanente de Educadores, desenvolvido no período da Gestão Paulo Freire (1989-1992), no município de São Paulo, “para apontar princípios e práticas orientadores de uma política de formação continuada de professores comprometida com a emancipação”. São subsídios que podem inspirar ações e propostas contrárias ao “desmonte e precarização da profissão docente no país”. Antes disso, os pesquisadores da Universidade Católica de Santos e da Universidade Federal do Espírito Santo, recuperam e discutem o cenário e as políticas de formação de professores decorrentes do golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016, com destaque para a formação continuada.

Sabemos que as cartas escritas por Freire eram encharcadas dele mesmo, de sua amorosidade crítico-transformadora. Felizmente, algumas viraram livros que até hoje promovem a formação de professores, como na pesquisa-formação de Bruna Sola Ramos, da Universidade Federal de São João del-Rei, na qual os participantes escrevem cartas-resposta a Freire acerca das experiências vividas, em um diálogo humanizador. José Batista Neto e Marília Guedes também recorreram a cartas de Freire. Os autores da Universidade Federal de Pernambuco analisaram “cartas convocatórias, textos de orientação a educadores/as para as reuniões com os pais”, e três artigos publicados no Diário de Pernambuco, “nos quais [Freire] reflete sobre a experiência dos Círculos [de Pais e Professores], produzidos no ano de 1957. A análise revela “um processo formativo que extrapola os muros da escola e é vivido plenamente com pais e mães, adultos, muitas vezes em situação de exclusão quanto aos direitos básicos e à cidadania”.

Daniela Gontijo, Maria Natália Calheiros e Eliete Santiago, também da Universidade Federal de Pernambuco, reinventam/atualizam um caminho teórico-metodológico desenvolvido por Freire no contexto da pesquisa acadêmica, apresentando “uma proposta de sistematização para a Investigação Temática em cinco momentos”. Os referenciais de Freire contribuem para tornar a “vivência da pesquisa acadêmica [...] experiência formativa, dialógica e conscientizadora para todos(as) os(as) envolvidos na sua materialização.”

A concepção de educação problematizadora e humanizadora de Freire atende desde crianças pequenas, como discutem Camila Arellaro e Lisete Arellaro, da USP, com referenciais também das artes, até a classe trabalhadora. As autoras articulam a concepção

de educação problematizadora e humanizadora de Freire a contribuições críticas do campo das artes, enfatizando que a pedagogia freireana atende desde crianças até a classe trabalhadora. Nesse caso, Sônia Kruppa, Fausto Augusto Junior e Camila Ikuta, também da Universidade de São Paulo, ele do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, tratam da experiência de instituição da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho (SP) que parte “da proposta de construção de um campo de conhecimento a partir da perspectiva dos trabalhadores”, tendo em Paulo Freire uma de suas grandes influências para contrapor o modelo tradicional de educação superior.

Apesar resistências e avanços, como no caso da Escola DIEESE, é inegável o retrocesso ilustrado pela aprovação da Base Nacional Comum Curricular e suas implicações na formação de educadores. Tamanha é a preocupação de educadores progressistas que dois artigos deste número se debruçam sobre a BNCC para analisar concepções em disputa. Teodoro Zanardi e Cleidiane Oliveira, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, partem do pensamento freireano para discutir “a proposta padronizadora e antidemocrática que se configura nas políticas públicas curriculares na atualidade brasileira”. Também Valter Giovedi e Itamar da Silva, da Universidade Federal do Espírito Santo, evidenciam “o antagonismo existente entre as concepções curriculares de Paulo Freire e da BNCC” e observam como “consequência inevitável a exclusão da perspectiva freireana da Educação Básica, negando, assim, as contribuições daquele que é reconhecido mundialmente como um dos maiores educadores de todos os tempos.”

Mas esta não é a primeira vez que o pensamento de Freire sofre tentativas de expulsão da educação brasileira. Lembremos que em janeiro de 1964, o ex-presidente João Goulart criou por decreto o “Programa Nacional de Alfabetização” a partir de seu método, que foi derrubado, junto com a democracia, em abril de 1964. Se ainda sofremos as consequências daquele golpe, também este número expõe as resistências da perspectiva freireana. Espalhados pelo mundo, são muitos os grupos de estudo, institutos e cátedras Paulo Freire, como a da PUC-SP. Neste número, Maria Margarete Braga, da Universidade Estadual do Ceará, e Ana Maria Saul, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) apresentam a Cátedra Paulo Freire da PUC-SP “como espaço-tempo em que a educação ganha vida em ações e relações autenticamente formadoras; a prática pedagógica docente-discente é mediada pelo conhecimento criado e recriado pelo diálogo sobre a realidade concreta [...]; a tessitura da Trama Conceitual Freireana institui-se como reinvenção da Pedagogia de Paulo Freire”,

Por fim, encaminhando para um arremate, Sandro de Castro Pitano e Danilo Romeu Streck, sintetizam as “contribuições de Paulo Freire para a educação e a sua atualidade com base em seis dimensões, articuladas entre si, no conjunto de sua obra”: epistemológica, tecnológica, política, social, profissional e estética. Os autores, da Universidade de Caxias do Sul, concluem que “os princípios de ruptura e conexão permeiam as seis dimensões, como consequência da dinâmica de denúncia e anúncio, constitutiva do pensamento freireano em relação à existência concreta.”

Como o artigo de Pitano e Streck, de um ponto a outro, os textos deste número em homenagem ao centenário de nascimento de Freire costuram suas contribuições para o Currículo e a Formação de Educadores neste início de século. Um século repleto de “situações-limites” que demandam urgentes “atos-limites” para a criação “inéditos viáveis”, categorias promovidas por Freire e relacionadas à concepção de “ainda-não” que Boaventura de Sousa Santos traz de Ernst Bloch, por Inês Barbosa de Oliveira e Jaciara Carvalho, da Universidade Estácio de Sá. O texto fecha o Sumário do número especial e este editorial com a defesa de que, “apesar de toda a tragédia”, é possível seguir acreditando em “utopias viáveis”. “Passados cem anos de Freire, que possamos esperar e sonhar com ele”, celebrando seu aniversário todos os dias.

Boa leitura!